

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.029 - AL (2019/0081795-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : MARCELO IGOR FERREIRA DE LIMA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por MARCELO IGOR FERREIRA DE LIMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas no julgamento do HC n. 0802044-98.2018.8.02.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 01/02/2017 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 (tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual julgou prejudicada a impetração, nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR ANTE A AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA IDÔNEA DA NECESSIDADE DA CUSTÓDIA E A VIOLAÇÃO À RAZOABILIDADE DOS PRAZOS PROCESSUAIS. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA CORROBORANDO A PRESENÇA DOS FUNDAMENTOS DA PREVENTIVA E ACRESCENTANDO QUE O PACIENTE É CONTUMAS NA PRÁTICA DE ILÍCITOS. NOVA REALIDADE PROCESSUAL. PERDA DO OBJETO. MATÉRIA PREJUDICADA. UNANIMIDADE. (fls. 39).*

No presente recurso, alega que, ao contrário do decidido no acórdão objurgado, a sentença condenatória não apresentou novos fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do acusado, razão pela qual o *writ* originário não poderia ter sido julgado prejudicado.

Requer, assim, o provimento do recurso para reformar o acórdão impugnado, com expedição de alvará de soltura em seu favor.

# Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso ou, se conhecido, pelo seu desprovimento (fls. 81/85).

É o relatório.

Decido.

Busca-se, no presente recurso, a reforma do acórdão objurgado, que julgou prejudicado o *mandamus* originário.

Da análise dos autos, verifica-se que o Juízo Singular, ao indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva, destacou a necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública, tendo em vista a periculosidade do recorrente, evidenciada pela gravidade do delito, nos seguintes termos:

*Vê-se, deste modo, que está presente, no caso dos autos, duas das condições que autorizariam a custódia cautelar da denunciada, qual seja: a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.*

*[...]*

*Ora, constata-se que nada obsta a aplicação da prisão preventiva do acusado, com o escopo de resguardar a ordem pública e aplicação da lei penal evidentemente ameaçadas, haja vista que, dentre outros, a gravidade dos crime, a violência da ação, o clamor público gerado, a credibilidade na justiça e na lei, bem como a periculosidade do agente, devem ser considerados, o que, de fato, restou demonstrado nos autos da presente ação criminal, dado o modus operandi do delito.*

*[...]*

*Em uma análise de verossimilhança, alcançada pela produção probatória já existente, é possível um juízo de prognose sobre as ações futuras do acusado, permitindo-se, nesta fase, a segregação preventiva para evitar novos delitos.*

*Ademais, com o advento da reforma do Código de Processo Penal, introduzida pela Lei nº 12.403/2011, recomenda-se a decretação da prisão preventiva como a ultima ratio, isto é, quando as demais medidas cautelares previstas no art. 319 do referido diploma legal não se demonstrarem mais necessárias para prevenir a prática de novas infrações penais ou não serem mais adequadas à gravidade do crime, circunstância do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado<sup>3</sup>.*

*Vê-se assim, que não estou diante de referências genéricas à gravidade do delito para justificar a medida extrema. A necessidade da prisão preventiva do denunciado é oriunda do perigo existente na relação dele com o meio social.*

*Da inteligência dos textos legais acima transcritos e da*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*análise do caso em concreto, constato que a concessão da liberdade provisória em favor do réu, no presente momento, não merece acolhida, pois presentes os requisitos e pressupostos da custódia cautelar, nos seguintes termos:*

*[...]*

*Destaca-se que, sendo a cautelaridade da prisão preventiva sua tônica, faz-se mister a presença do fumus commissi delicti e do periculum libertatis para que a medida seja decretada, pois estes elementos é que podem denotar a necessidade da prisão.*

*Inicialmente, a materialidade delitiva e os indícios de autoria do delito, formadores do pressuposto fumus commissi delicti, restaram demonstrados.*

*Outrossim, a prisão preventiva que ora se mantém atende aos pressupostos gerais de cautelaridade, haja vista ser necessária, porquanto visa, sobretudo, a assegurar a aplicação da lei penal e garantia da ordem pública (art. 282, I, CPP), ao tempo em que também é adequada (art. 282, II, CPP), pois leva em conta a gravidade do crime, as circunstâncias concretas do fato delitivo e as condições pessoais do acusado até então existentes nos autos.*

*Em uma análise de verossimilhança, alcançada pela produção probatória já existente, é possível um juízo de prognose sobre as ações futuras do investigado, permitindo-se, nesta fase, a segregação preventiva para evitar novos delitos. A temeridade por tal previsão aumenta em face da reiteração de práticas criminosas.*

*[...]*

*Destaco, por oportuno, a impossibilidade de substituição das prisões pelas demais medidas cautelares, pois algumas são totalmente estranhas, inábeis, inaptas e, portanto, inaplicáveis ao caso em concreto e, outras, por seu turno, são insuficientes, no presente momento, para evitar a evasão do acusado do distrito da culpa.*

*Por derradeiro, consigno que a prisão preventiva, no caso concreto, possui adequabilidade estrita, uma vez que abarcada pela hipótese do art. 313, I, do Código de Processo Penal, haja vista que o acusado é incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06.*

*Assim, reputo a prisão preventiva como a melhor medida cautelar a ser aplicada no caso em comento, diante das considerações acima expendidas da periculosidade do agente. (fls. 9/12)*

O Tribunal de Justiça, por sua vez, julgou prejudicado o *mandamus* lá impetrado, pela perda do seu objeto, diante da superveniência de sentença condenatória que agregou novos fundamentos ao decreto prisional, como se observa dos seguintes trechos:

*Em primeiro plano, esclareça-se que o presente habeas*

# Superior Tribunal de Justiça

*corpus foi impetrado com a finalidade de restabelecer a liberdade do paciente sob a alegação de excesso de prazo para a conclusão da instrução processual.*

*Inicialmente, observo, no presente caso, ao menos nesta avaliação, possível diante de consulta ao Sistema de Automação da Justiça SAJ primeiro grau, processo n.º 0700104-74.2017.8.02.0049, às fls. 351/359, que, no dia 16 de julho de 2018, fora prolatada sentença condenatória em desfavor do paciente, tendo o magistrado lhe negado o direito de recorrer em liberdade, consoante transcrição de trecho do seu teor:*

[...] Em análise detida dos autos, verifico que as provas colhidas dão conta de que o acusado tinha em depósito drogas com o objetivo de ser comercializada, quando foi preso em flagrante delito por uma guarnição da polícia militar, conforme se infere pelos depoimentos prestados em juízo: [...] Diante disso, dúvidas não pairam sobre a guarda da droga do acusado, bem como que a substância entorpecente apreendida se destinava para o tráfico ilícito de entorpecentes. Assim, muito embora a quantidade apreendida não possa por si só determinar a classificação do delito, no presente caso, revela-se como parâmetro preponderante à sua identificação, sobretudo por estar em consonância com os demais fatores decisivos a caracterização da infração penal tipificada na vestibular acusatória e, ainda, em vista de apresentar como quantidade que impossibilitaria seu consumo em tempo hábil à sua conservação:

[...]

Ressalte-se, ainda, que na maioria das vezes é sabido que o traficante não anda com quantidade muito elevada de substância entorpecente, primeiro, por dificultar o transporte e a ocultação e, segundo, para evitar que seja pego e, caso seja descoberto, ter sua fuga facilitada. De qualquer modo, a quantidade de drogas apreendidas foi elevada o que denota que a conduta perpetrada pelo acusado foi realizada com a finalidade de tráfico, uma vez que a droga que estava em sua posse possuía fins de comercialização.

Em relação à tese defensiva de que o réu faz jus à causa de diminuição prevista do art. 33, § 4<sup>a</sup>, da Lei de Drogas, esta também há de ser refutada, uma vez que o réu se dedica às atividades criminosas, inclusive, sendo usuário de drogas. Neste contexto, resta estreme de dúvida a prática do delito de tráfico de drogas por parte do acusado.

Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos

# Superior Tribunal de Justiça

consta, nos termos do art. 387 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e, por conseguinte, condeno MARCELO IGOR FERREIRA DE LEMA, vulgo "TILÓ", imputando ao mesmo as penas do crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, razão pela qual passo a dosar a pena a lhe ser aplicada, em estrita observância ao disposto no art. 68 do Código Penal [...]

Assim, à vista dessas circunstâncias analisadas individualmente, fixo a pena-base em 08 (oito) anos e 09 (meses) meses de reclusão e ao pagamento de 875 (oitocentos e setenta e cinco) dias-multa, cada um no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, observado o disposto no art. 60 do Código Penal.

Não concorrem circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Não há causas de aumento ou de diminuição de pena a serem observadas, razão pela qual fica o réu definitivamente condenado a pena acima dosada. [...]

Nego ao réu o direito de apelar em liberdade, mantendo sua PRISÃO PREVENTIVA, considerando que, comprovada a materialidade e a autoria delitiva, devidamente explicitadas nesta decisão, se fazem presentes os requisitos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ademais, os motivos ensejadores da prisão preventiva do acusado ainda se fazem presentes, bem como o acusado permaneceu preso durante todo o processo. Ainda, o réu é contumaz em condutas delitivas. [...] (Grifos adotados)

*A par disso, inegável a toda prova que a análise do presente habeas corpus resta prejudicada, ante a superveniente perda de seu objeto.*

*Diante da superveniência de sentença condenatória em desfavor do paciente, inicia-se uma "[...] nova realidade processual, em que já emitido juízo de certeza acerca dos fatos, materialidade, autoria e culpabilidade, ainda que não definitivo, existindo assim, inequivocamente, novos elementos a justificar a custódia cautelar, que não foram objeto de insurgência do presente mandamus, tampouco submetidos ao crivo das instâncias ordinárias, esvaziando-se o objeto do writ em relação ao tema." (STJ HC nº 187.78/PE Relator: Min. Marco Aurélio Belizze Quinta Turma - Publicado em: 25.10.2012).*

*Assim, cessada a invocada coação ilegal, somente resta a este colegiado julgar prejudicado o pedido, na forma do art. 659 do*

# Superior Tribunal de Justiça

*CPP, in verbis: "Art. 659. Se o juiz ou o tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido." (fls. 41/43)*

Nesse contexto, verifica-se que o acórdão objurgado está em consonância com a jurisprudência deste Sodalício no sentido de que diante da alteração do cenário fático-processual, consubstanciada no advento de novo título judicial decorrente da sentença condenatória proferida em desfavor do recorrente, fica superada a alegação trazida na impetração que ataca os fundamentos na manutenção da prisão preventiva por ocasião do decreto preventivo.

Nesse sentido:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR MANTIDA NA SENTENÇA. NOVOS FUNDAMENTOS. NOVO TÍTULO. FUNDAMENTOS NÃO ENFRENTADOS NA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.*

*1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.*

*2. O habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária.*

*3. Caso em que o Juízo sentenciante, ao negar ao paciente o direito de apelar em liberdade, inovou nos fundamentos para manter a prisão cautelar, referindo-se a supostas práticas delitivas ocorridas posteriormente ao fato praticado nos autos.*

*4. Conforme precedente desta Quinta Turma, "a superveniência de sentença penal condenatória, na qual se agrega nova motivação para a manutenção da prisão cautelar, torna prejudicada a irresignação quanto ao ponto, isto porque, o novo título prisional contém fundamentos cuja legalidade ainda não foi examinada pelo Tribunal originário, não cabendo, portanto, a este Superior Tribunal apreciá-la de forma originária, sob pena de indevida supressão de instância" (AgRg no RHC 49.413/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2014, DJe 06/11/2014).*

*5. Habeas corpus não conhecido (HC 345.071/MG, Rel.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 07/03/2016).

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NULIDADE. TESTEMUNHO DE POLICIAIS QUE ATUARAM COMO PERITO. MATÉRIA NÃO APRECIADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENÇÃO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NOVOS FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CORPORAL. PREJUDICIALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*[...]*

*VI - O pedido de revogação da prisão preventiva encontra-se prejudicado em virtude da superveniência de novo título prisional ao qual foram agregados novos fundamentos para a manutenção da segregação cautelar do paciente.*

*Habeas corpus não conhecido* (HC 312.886/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 18/05/2015).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, inciso XVIII, a, do RISTJ, não conheço do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator